

# OPERÁRIAS NO CAMINHO DA EMANCIPAÇÃO SOCIAL, CONTRA A EXPLORAÇÃO E O ESTADO. O CASO DA COMISSÃO DE TRABALHADORES DA CONSERVEIRA JÚDICE FIALHO

Helder RAIMUNDO I [hraimund@ualg.pt](mailto:hraimund@ualg.pt)

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

## RESUMO

Este artigo reflete sobre os processos educativos populares, desenvolvidos em contexto de crise do estado e suportados por uma dinâmica de transformação social revolucionária. O contexto de análise empírica é focalizado numa empresa da indústria conserveira sedeadada em Portimão. O contexto histórico reporta-se ao período revolucionário vivido em Portugal entre o 25 de abril de 1974 e as eleições para a Assembleia da República em abril de 1976. Constituindo um estudo de caso, válido 'per si', os procedimentos metodológicos assentaram no uso das técnicas da pesquisa documental e da entrevista profunda, privilegiando os atores que o vivenciaram e que, de forma interpretativa, testemunham a sua leitura atual dos processos e das aprendizagens alcançadas. Estes processos de educação, desenvolvidos pelos operários e trabalhadores neste período, denunciam a construção de uma aprendizagem coletiva, assente no reforço dos seus saberes da vida e do trabalho, almejando uma intervenção mais participativa nos mecanismos da governação e da gestão política. Para isso socorreram-se da organização de instrumentos de poder coletivo, inerentes à história do movimento operário, como as comissões de trabalhadores, com critérios de democraticidade de base, transparência e comunhão coletiva. Quase sempre, esta estrutura se confrontou direta e frontalmente com a administração patronal e, mais tarde, com os peritos de gestão governamental, durante a intervenção estatal na empresa. Este processo foi também vivido contra a visão controladora e corporativa do sindicato local conserveiro, controlado por burocracias sindicais, ou mesmo fugindo às tentativas de manipulação das organizações partidárias.

**PALAVRAS-CHAVE:** educação popular; comissões; autonomia; emancipação social; movimento social.



## INTRODUÇÃO

O movimento social popular do pós-25 de abril de 1974 rompeu as barreiras do golpe de estado militar, perpetrado pelo Movimento das Forças Armadas em Portugal. A crise política vivida em Portugal nos últimos anos do marcelismo, com a explosão de greves e manifestações, acrescida do desenlace das lutas de libertação das colónias em África, acelerou o fim do regime fascista. Se de início o golpe militar apenas pretendia derrubar um regime de guerra, pobreza e analfabetismo, a abertura democrática, com o fim da censura, a libertação dos presos políticos e a liberdade de expressão, rapidamente originou uma movimentação popular espontânea e explosiva que rompeu todas as peias e empurrou a dinâmica social para um processo revolucionário, originando uma crise de hegemonia e de legitimação do estado, não tendo no entanto levado ao colapso dos seus alicerces fundamentais (Santos, 1992).

Esse movimento popular, nascido quase sempre de forma espontânea e na emergência e calor das lutas, retoma as experiências históricas do movimento operário e demonstra similitudes aos movimentos de transformação social da Europa dos anos 60 (Pérez Suárez, 2008).

A descrição das ações revolucionárias deste período é infindável de imaginação e de criatividade populares: greves de vários tipos e formas; ocupações de empresas, de casas, e de espaços públicos; organização de petições, piquetes e abaixo-assinados; manifestações e levantamentos, cercos e sequestros a patrões e gestores do capital; organização de órgãos populares de base democrática, como as comissões de moradores e de trabalhadores, assembleias de deliberação democrática e unificação das lutas em intercomissões.

## 1. O MOVIMENTO SOCIAL POPULAR NO ALGARVE

Tal como em todo o país, o Algarve viveu um processo de lutas, defensivas e ofensivas, nas cidades, nos campos e no mar. A explosão das iniciativas populares autónomas imprime um carácter revolucionário aos dias posteriores ao 25 de abril de 1974. Nesse mesmo dia uma grande manifestação de estudantes do liceu parte para o centro da cidade de Portimão, engrossando os seus laços com os milhares de operárias conserveiras das fábricas, que destrói a sede da polícia política fascista e homenageia antigos líderes anarquistas e socialistas, mortos e reprimidos pelo antigo regime fascista. Por toda a região decorrem assembleias populares para expulsar os poderes locais de câmaras e juntas de freguesia ou para criar casas de cultura e desporto juvenil. Rapidamente, e sem proposta deliberada, começam a surgir formas populares de organização de base em comissões de trabalhadores e de moradores, legitimadas pelas primeiras ocupações de empresas e de casas desabitadas. O movimento grevista desencadeia piquetes contra a saída de produtos do trabalho, cercos aos patrões e dirigentes corruptos e boicotes em defesa de novos contratos coletivos de trabalho. Aproveitando a sua permeabilização, iniciada no início dos anos 70, o Partido Comunista (PCP) e o Movimento Democrático Português (MDP/CDE) avançam para a tomada dos sindicatos corporativos mais importantes, como o da Indústria Conserveira e dos Pescadores e das Câmaras Municipais como Portimão ou Loulé.



Percorrendo as páginas do *Jornal do Algarve* (JA), desse período, é fácil constatar a dinâmica permanente e ininterrupta de ações radicais que determinaram o caráter revolucionário deste movimento que encostou o golpe de estado à revolução (Pérez Suárez, 2008).

Logo em maio de 1974 os sócios do Sindicato Nacional dos Operários Conserveiros do distrito de Faro, tomaram posse do sindicato e expulsaram a direção corporativa e em julho do mesmo ano os pescadores constituíram o seu Sindicato Livre. Mas as ações operárias e populares não se faziam sem oposição. Os armadores da pesca, mandaram parar os barcos criando precariedade e desemprego, os industriais conserveiros apressaram-se a reunir com a Junta de Salvação Nacional para discutir novas formas de exploração e saudar o novo regime. As vozes de contenção contra a explosão popular também não se fizeram esperar. Destacados dirigentes do MDP escreviam no JA: “o clima de euforia, de alegre bebedeira prejudica a ponderação serena, o trabalho refletido, a organização indispensável para a irradicação definitiva do fascismo...”. E de seguida avisavam que tudo deveria ser feito “dentro de um clima de responsabilidade, de determinação, de saber certo e seguro. Clima que pode ser prejudicado pela precipitação, pelas formas improvisadas de participação, pela histeria de tudo fazer”<sup>i</sup>. Também a luta dos trabalhadores dos CTT surgia no Algarve como paradigma da greve revolucionária e marcava o confronto histórico entre os partidos do governo e as organizações autónomas dos trabalhadores. O jornal que temos vindo a citar dá conta da posição de militantes do PCP, ancorados na posição do seu comité central, dizendo que “A greve dos CTT demonstra, para além das suas reivindicações, dos seus objetivos, que o que estava em causa era uma ação contra o governo provisório e contra a democratização do país”<sup>ii</sup>.

Mas a luta não se fazia sem esforço e às vezes sangue. Em junho de 74, no seguimento de manifestações de protesto das operárias conserveiras de Vila Real de Santo António, pelo pagamento de trabalho em dias feriados, veio a falecer uma jovem operária de 17 anos, depois de um confronto com a GNR local. Os apelos à organização popular autónoma dos trabalhadores multiplicavam-se, em assembleias populares, comícios, manifestações. Nas páginas do *Jornal do Algarve* surgiam propostas de organização popular autónoma “para a constituição de Centros Populares 25 de Abril, nas fábricas, bairros, cidades e campo. Assina uma Comissão Promotora: “ninguém se pode substituir aos trabalhadores e ao povo”<sup>iii</sup>.

## 2. A LIDERANÇA DA CLASSE OPERÁRIA

A classe operária, da indústria, da construção civil e da pesca, destaca-se pelo seu peso na economia e no movimento popular e entre todos os setores, o operariado conserveiro, sobretudo constituído por mulheres, assume a liderança. As operárias conserveiras retomavam, assim, a herança histórica da luta operária das suas companheiras de trabalho de Portimão e de Setúbal, por melhores salários e condições de trabalho e de vida ou contra a exploração e a repressão desenfreada de mestres, patrões e governos, ao longo dos tempos (Duarte, 2003; Valente, 1981).

Fartas da exploração do trabalho, com salários de miséria e horários de trabalho que se prolongavam noite dentro, quando o pescado era muito, as conserveiras iniciam uma luta que se prolongou no tempo, para impor as suas condições. A principal reivindicação deste setor era



a negociação de um Contrato Coletivo de Trabalho que impusesse o aumento dos salários e a criação de melhores condições de vida e de trabalho:

i) um horário fixo semanal de 45 horas; um ordenado mensal contra os salários de miséria diários e semanais, terminando com o abuso dos serões até altas horas; ii) acabar com os prémios e registos de trabalho discriminatórios e abusivos, sob a capa da produtividade. Como referiu uma dirigente sindical das Conservas: “Foi por causa das 45 horas. Porque a gente não tinha horas para trabalhar. Trabalhávamos de noite, trabalhávamos de dia e às vezes acabava-se o trabalho, vínhamos embora e depois apitava<sup>iv</sup> e tínhamos de voltar para trás. E outras vezes apitava de noite, tínhamos que levantar da cama e ir trabalhar” (E1).

No outono de 74, as operárias conserveiras desencadearam uma greve que durou mais de 30 dias, e que incluiu piquetes permanentes à porta das fábricas para impedir a saída das conservas de peixe e obrigar os patrões a assinar o CCT. Um comunicado do Sindicato das Conservas, da sua secção de Vila Real de Santo António, referia a ausência de negociações e acusava os patrões da indústria de empurrar os trabalhadores para a greve. Apesar do sindicato considerar que a greve seria usada apenas quando oportuno, os operários desencadearam protestos que obrigaram os dirigentes a aceitar a sua inevitabilidade<sup>v</sup>.

### 3. A LUTA DO IMPÉRIO FIALHO

O ‘império’ Fialho era o ex-libris do capitalismo industrial no setor conserveiro em Portimão, no Algarve. Este império monopolista, construído na base de uma exploração de mão de obra barata e disponível nas periferias rurais das cidades, incluía diversas unidades fabris, frota pesqueira, morgados agrícolas e outras explorações afins da indústria conserveira, em todo o país (Duarte, 2003; Rodrigues, 1999).

O declínio da empresa era evidente no 25 de abril de 1974, causado pela exploração desenfreada e repressiva dos trabalhadores, e pela especulação imobiliária de terrenos e equipamentos e o uso de capitais para usufruto pessoal.

Em Portimão a empresa integrava três fábricas de conserva de peixe e um conjunto de setores verticalizados: litografia, construção naval, morgados agrícolas, frota pesqueira.

A mão-de-obra incluía cerca de 3000 trabalhadores em Portimão, a maioria operários, e ainda administrativos e gestores da confiança patronal. A maioria eram mulheres, uma minoria no quadro permanente e um grande número em situação eventual, chamadas apenas para a safra do verão, quando o peixe abundava.

Com o dealbar do 25 de abril, a primeira ação ofensiva dos trabalhadores do Fialho foi a reivindicação do saneamento do chefe de escritório e testa de ferro dos patrões, o Baracho, conhecido como ‘o pide do Fialho’. A sua faceta repressiva nas fábricas e escritórios era sobejamente conhecida. Um entrevistado informa: “Antes do 25 de abril apanhei dois dias de suspensão por ter respondido à gritaria dele” (E11); outro considera: “O João do Vale Baracho, que era uma fera de todo o tamanho” (E2). Nas fábricas, o gerente dos patrões penalizava, com dias de suspensão e sem salário, as mulheres cujos filhos eram encontrados a brincar junto da fábrica.

Logo após o 25 de abril surgem nas paredes de uma das fábricas (S. José), mesmo por baixo do escritório, palavras de ordem de expulsão do Baracho e, na embalagem do processo, do seu



homem de mão, o escriturário Capinha, que impunha as suas ordens nas fábricas e serviços da empresa. Os trabalhadores apresentam um *deadline*, 25 de novembro de 74, e perante a divisão e o desaparecimento momentâneo dos patrões organizam, com a Comissão de Trabalhadores entretanto constituída e os sindicatos, piquetes junto da entrada das três fábricas e do escritório<sup>vi</sup>.

O saneamento conjuga-se com outras reivindicações de cariz quantitativo: melhores salários, horários decentes, fim dos prémios impostos ao trabalho escravo a que estavam sujeitas as operárias. Uma das nossas entrevistadas conta-nos: “Havia trinta e cinco anos que eu trabalhava no Fialho. Eu azeitava, eu metia nos tabuleiros...o tabuleiro cheio de lata de biqueirão, cheio de azeite, aquilo pesava e eu...passei um problema por causa daquilo” (E3).

O saneamento dos dois gerentes do Fialho resolveu um problema de repressão dos trabalhadores, mas outros responsáveis ficaram, abrindo caminho a novos gestores do capital, mais ‘democráticos e modernos’, que mantiveram e melhoraram a estrutura de exploração capitalista<sup>vii</sup>. Como referia o jornal *Combate*, no seu editorial de 27 de setembro de 1974, o governo tolerou os saneamentos, como forma de luta dos trabalhadores, permitindo assim pequenas reformas operárias e a substituição dos saneados por gestores adequados a novas formas de exploração, mais legitimadas pelos trabalhadores. Num sistema capitalista, se não mudarem as relações sociais de produção, os trabalhadores nunca se poderão emancipar. Para o referido coletivo, os saneamentos serviriam assim como meio de desenvolver mais profundamente as lutas, pois “estamos interessados sobretudo na destruição do patronato, do capitalismo, na criação de novas relações de produção” (*Combate*, 1975: 55).

#### 4. O PAPEL DA COMISSÃO DE TRABALHADORES

A conjuntura de crise nacional e local constrói a necessidade emergente de uma organização de base da empresa, a comissão de trabalhadores (CT), que nasce do seio da luta e emerge em cada fábrica abrindo caminho a uma comissão geral da empresa. Ninguém se lembra de como a comissão de trabalhadores surgiu. Há quem refira que deve ter havido uma proposta, num dos muitos plenários e assembleias realizadas pelos trabalhadores do Fialho. Outros referem que terá sido o Sindicato das Conservas de Portimão a eleger, nas três fábricas da empresa, as respetivas comissões. O cruzamento dos dados documentais e das entrevistas permite perceber que a comissão nasce de forma espontânea, como necessidade de uma estrutura dos trabalhadores para organizar e gerir a luta. Nela participam trabalhadores dos escritórios, filhos de antigos operários, e uma maioria de operários e operárias das três fábricas da cidade e ainda operários dos outros setores industriais (litografia, oficina, armazém). A ela somam-se, ocasionalmente, operárias de duas outras fábricas de Peniche e de Matosinhos. Como refere um dos entrevistados: “A comissão de trabalhadores surge imediatamente a seguir ao 25 de abril, pela necessidade imposta pela própria revolução, pelo movimento popular” (E2).

O funcionamento da comissão é reputado de inorgânico, pelos seus ex-membros. Não há atas, notas, outros documentos. Da sua ação conhece-se apenas um comunicado sobre o referido saneamento, num jornal regional da época, que demos conta em nota anterior. É a característica de um movimento imparável, que não permite senão viver e lutar. Segundo outro entrevistado: “A comissão de trabalhadores era muito móvel, havia gente que entrava e saía. Havia dois representantes mais ou menos em cada secção, penso que nunca foram



nomeados nem nada” (E14). Tal como afirma Pérez Suárez “As comissões de trabalhadores afirmam-se como a estrutura essencial de organização e luta dos trabalhadores, a forma natural que busca continuidade do repertório clássico e tradicional das formas de luta do movimento operário” (2008: 172).

Em cada fábrica constitui-se uma comissão informal, quase espontânea, organizada pelas líderes locais, no momento das lutas da empresa e que rapidamente integra a comissão de trabalhadores do Fialho. As comissões de fábrica eram constituídas pelas operárias mais aguerridas, que iniciaram os levantamentos contra os patrões por melhores salários, ou que os sequestraram nos escritórios quando os salários se acumulavam em atraso. Outras nasceram no seio dos boicotes ou piquetes à porta das fábricas, contra a saída das conservas, afrontando mestres e mestras, motoristas e outros operários. Assumindo o seu papel emancipatório, as mulheres enfrentaram muitas vezes os seus camaradas de trabalho masculinos, que auferiam melhor salário com o mesmo trabalho ou que em casa descansavam enquanto o seu trabalho continuava duro.

Nas assembleias e plenários que se sucedem no tempo, essas comissões de fábrica funcionam muitas vezes apenas como correia de transmissão entre a CT e os operários fabris, atenuando o seu cariz autónomo e participativo e começando a delegar poderes. Segundo um ex-membro da comissão de trabalhadores “elas não tinham interesse na gestão e no controlo da produção”. No entanto, as comissões operárias de fábrica não deixam de pressionar as deliberações coletivas em assembleias, exigindo contrato coletivo, pagamento dos salários em atraso, regalias sociais, e que a CT as concretize.

Em duas situações, dois elementos da CT são afastados, não tanto pela pressão operária, mais pela influência partidária externa, revelando mesmo assim formas de democracia de base. Outras vezes são as comissões autónomas de fábrica que empurram a CT para situações de radicalização, sobretudo quando não há pagamento do trabalho devido. Conta-nos uma operária da fábrica do Fialho de São Francisco: “Como não dava na fábrica, começamos a ir ao escritório... Fizemos lá um levantamento, eu fiz lá um barulho desgraçado e naquele dia houve dinheiro para toda a gente. Se há dinheiro para os empregados de escritório também há dinheiro para quem está a trabalhar” (E5).

Podemos verificar que a prática da delegação de poderes predominou sobre a autonomia da base, apesar de quase sempre a pressão operária empurrar a CT para a ofensiva. Os próprios ex-membros da CT reconhecem duas fases da sua história: uma primeira em que conseguiram a participação ampla dos trabalhadores, grande poder de deliberação coletiva e capacidade de proposição e organização autónomas; uma segunda em que a CT fez coro com a administração e permitiu a cooptação dos interesses dos trabalhadores pela Comissão Administrativa pós-intervenção, após 1977.

Como referia o jornal *Combate*, na altura: “O poder, ou se tem ou não se tem, e quando se delega deixou-se de o ter” (1975: 95).



## 5. OS NOVOS PATRÕES DO ESTADO

A conjuntura de crise na empresa acentua-se devido às transformações sociais impostas pela movimentação operária, em ações legais e ilegais, lideradas pela CT e legitimadas pelo estado. Os patrões abandonam a empresa no ‘verão quente’ de 1975, após a terem sabotado, alterando o pacto social de Companhia para SARL (sociedade anónima) e delapidando património industrial. Na altura, um chefe do setor de exportação assume a gestão da empresa, ‘naturalizando’ assim a transição da burguesia patronal para a nova classe dos gestores.

Perante a crise de matéria-prima e de capital financeiro dos bancos a CT, apoiada pelos operários, propõe e inicia negociações para a intervenção do estado na Júdice Fialho. Na cabeça dos responsáveis da CT o horizonte é o da nacionalização.

As características sociais<sup>viii</sup> dos operários da empresa mostram a dificuldade em assumir outras formas mais ofensivas e emancipatórias de intervenção autónoma, como a autogestão ou o controlo operário. Convém dizer que num estudo semelhante sobre as comissões de trabalhadores em Portugal, Pérez Suárez chega à conclusão de que os trabalhadores não se sentiram à vontade com a ideia de autogestão, pouco aceite pela esquerda do ponto de vista teórico. Esta ideia assentou no princípio da impossibilidade de reforma do sistema capitalista, apesar de em Portugal muitas pequenas empresas, sobretudo de capital estrangeiro e de fraca tecnologia, terem avançado para esta forma de luta, caso extremo da Sogantal (2008). Alguns dos nossos entrevistados, ex-membros da CT, confirmam exatamente isso: numa empresa deste tipo, nunca pensaram na autogestão.

A intervenção é decretada em 14 de novembro de 1975 e é sucessivamente prorrogada pelos diversos governos – provisórios e constitucionais – até 1981. A partir de 75 a Casa Fialho passa a ser gerida por uma comissão administrativa (CA) que integra um representante nomeado pelo estado e um representante oriundo da CT, que antes já tinha assumido informalmente essa função. A partir daqui a delegação de poderes da CT na CA obriga a um confronto de poderes na empresa. Parafraseando Santos, a propósito de Portugal neste período, passa a haver uma ‘dualidade de poderes’, que se transforma rapidamente numa ‘dualidade de impotências’ (1992).

Os operários não descuram a pressão e obrigam a CT a tomadas de posição claras, mesmo que defensivas, sobre o pagamento de salários em atraso e a melhoria das condições sociais. Essas exigências surgem em equipamentos coletivos como a creche, a cooperativa de consumo ou o refeitório.

Os novos gestores nomeados pelo estado (um engenheiro da confiança do governo provisório e um técnico formado na empresa, afeto ao PCP), prepara a empresa para a reprivatização em moldes liberais e modernistas: mecaniza as fábricas e a frota pesqueira, mesmo com a oposição de ‘cera’ dos trabalhadores<sup>ix</sup>; encerra duas unidades fabris e acantona os operários na terceira fábrica junto do escritório e da administração.

Para as operárias que entrevistamos, os novos gestores eram os novos patrões. Capitalismo privado ou capitalismo de estado, tanto fazia para o operariado conserveiro do Fialho. Logo após abril, eram “aqueles grandes capitalistas. Inda além do 25 de abril ainda tínhamos medo





deles...Vieram novos patrões, a gente ficou feliz, pensamos que íamos ter mais trabalho e ganhar mais...começou a faltar o dinheiro, ficamos sete meses sem receber” (E5).

Após um processo de reprivatização, iniciada com o retorno da propriedade aos antigos patrões, acaba por encerrar definitivamente em abril de 1993, colocando cerca de 100 trabalhadores no desemprego. O Sindicato das Conservas, afeto ao PCP, apresenta como causa a contração de dívidas, nunca pagas à segurança social, no período de intervenção estatal<sup>x</sup>.

Este processo de intervenção – tal como todos os outros – denota uma visão ‘estadocêntrica’, como diria Canário (2009), perspectiva historicamente muito arreigada em meio operário como um resguardo economicista, marcado pela defesa do emprego e do salário, base de toda a exploração. Na época o jornal *Combate* escrevia, esperançado e talvez certo, que a queda das ilusões no papel do estado pudesse vir a reforçar um combate futuro dos trabalhadores pela sua emancipação (1975).

## 6. A AUTONOMIA CONTA O CONTROLO SINDICAL E PARTIDÁRIO

Durante todo o movimento social na empresa, a CT é alvo de pressões e de tentativas de coartar a sua autonomia e independência. A Comissão Sindical, afeta ao PCP, integra elementos seus na CT, sugerindo unicidade na luta, mas sob a sua direção. Nas fábricas sucedem-se as tentativas de recrutamento das líderes das comissões fabris, entre bandeirinhas partidárias colocadas nas mesas de trabalho.

O Sindicato das Conservas exerce ações de controlo, disciplina e enquadramento sobre a movimentação autónoma das operárias das fábricas, chegando a cooptar algumas líderes para as fileiras da direção sindical, retirando-as da ação autónoma e livre nas fábricas. As práticas da burocracia sindical, sobretudo na tentativa de controlar as comissões, podem ser expressas nas seguintes frases da antiga dirigente do sindicato conserveiro: “Depois de as comissões serem formadas, marcamos uma reunião no sindicato para ser explicado”. Muitas reuniões das comissões de fábrica tiveram sempre a presença de algum funcionário do sindicato. Como refere a mesma, perguntada sobre as reuniões das comissões: “Não. Tinha que estar sempre uma pessoa do sindicato lá” (E1). As próprias líderes operárias afirmam, de modo ainda algo submisso na atualidade, que faziam tudo a mandado do sindicato. Sem ele mandar nada feito. Por exemplo: “A gente fazia isto com ordem do sindicato...”; “fazer greve? Ai, mas eu só faço greve com ordem do sindicato!” (E3). O controlo do PCP sobre as greves operárias, que acusou de reacionárias e de ‘fazer o jogo da reação’, era de tal modo que uma das entrevistadas nos confessou: “A gente não fazia nada sem o conselho do sindicato. Para a gente fazer uma greve ou um levantamento tinha que vir uma circular do sindicato e posta na porta para os patrões saberem” (E5).

No entanto, a prática mostra a subversão deste enquadramento, quando a luta exigia ação imediata e mais radical, como foram os casos de vários boicotes à saída de conservas das fábricas, como forma de pressão para a assinatura de contrato coletivo; ou o sequestro dos gestores nos escritórios do Fialho, durante várias horas, para pagamento dos salários em atraso.

O desenvolvimento destas práticas, de controlo da autonomia, lançou os trabalhadores para os braços das negociações coletivas de trabalho com os patrões, mediadas pelos sindicatos e





pelos sucessivos governos, atenuando a ação autónoma direta e de confronto entre trabalho e capital. Para Bernardo (1997) os sindicatos corporativistas, para além de gerirem a força de trabalho, transformam-se inevitavelmente em gestores capitalistas, e a sua crise atual depende muito do movimento autonomista que integrou o movimento social popular dos anos 60 e 70 do século passado.

## 7. AS APRENDIZAGENS EDUCATIVAS

Para os trabalhadores da empresa Fialho, ela própria era uma ‘casa’, na qual se aprendiam solidariedades, competências e valores. Para um dos entrevistados era uma escola de trabalho: “O Fialho foi uma empresa e foi uma escola para muita gente, em termos administrativos...” (E2). A experiência da CT permitiu uma aprendizagem decisiva relativamente a muitos aspetos enunciados: solidariedade humana, troca e partilha de saberes individuais e coletivos do trabalho profissional, horizontalidade de conhecimentos e competências, dialogicidade das dimensões educativas, a construção de uma consciência de classe, no confronto com patrões, líderes sindicais e gestores.

Talvez as mulheres tenham feito o maior número de aquisições educativas, no campo da educação popular autónoma. Eram as mais escravizadas e exploradas e estavam em maior número. As mulheres lideraram as lutas operárias nas fábricas do Fialho, muitas vezes afrontando os homens do poder (patrões, encarregados, mestres, gestores) e arrastando os outros operários atrás de si.

Organizaram-se a partir de conversas à mesa de trabalho (no descabeço ou no enlatar do peixe) e nos bairros, onde à noite tentavam descansar. Partilharam saberes da profissão, da organização do trabalho nas várias fases do processo, do uso das maquinarias mais simples, que operavam por metade do salário do companheiro operário.

Combinavam levantamentos e greves, com mecanismos simples, como o bater da tesoura de cortar peixe na bancada de enlatar, três vezes de seguida, ou com um ‘bate’ seco com a lata de conserva, na mesa de trabalho. Uma das nossas entrevistadas explica: “Quando estivermos todos a trabalhar e quando ouvirem um ‘bate’ em cima da mesa com uma tesoura ou uma lata, era para paralisar tudo. Era assim os levantamentos e as greves”; “Combinávamos tudo na nossa hora de almoço e depois em grupinho a gente falava” (E5). Outra entrevistada, apesar de dizer que não aprendeu nada, reconhece que pela primeira vez participou em reuniões sindicais e em greves. E não se coíbe de criticar as formas de gestão dos novos patrões: “eles não tinham categoria para ir ao estrangeiro vender as conservas. Começaram a vender as conservas mais baratas, vendendo e não acareando, foi ao fundo” (E4).

Para elas – bem como para os restantes trabalhadores – foram tempos velozes de aprendizagem coletiva e solidária. As experiências de greve e de outras formas de luta coletiva serviram de estrutura de base cognitiva para práticas sociais futuras, que conhecemos mas que não importa aqui desenvolver. A propósito de um estudo semelhante, os seus autores concluem que “a aprendizagem coletiva não é um processo ‘cumulativo’ e nenhuma ‘aquisição’ de um grupo social poderá ser considerada definitiva” (Pimentel et. al 1977: 408).

Quando se regressa e reinterpreta esse tempo, algumas frases são elucidativas: “Choro, porque foi o melhor tempo da minha vida”; “Porque andava à vontade e falava com patrões e



ministros sem medo nenhum, e hoje uma pessoa já tem medo de falar” (E1); “Costumo dizer que foram os dias mais bonitos da minha vida” (E11).

Este relato mostra o valor do trabalho enquanto princípio educativo. Para Frigotto (2009), é a centralidade do trabalho, como práxis, que o constitui verdadeiramente em princípio formativo ou educativo, do ponto de vista ético-político.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bernardo, J. (1997). Crise dos trabalhadores ou crise do sindicalismo? *Crítica Marxista*, 4, 123-139.

Bernardo, J. (2009). *Economia dos conflitos sociais*. São Paulo: Expressão Popular.

Canário, R. (2009). Trabalho, educação e emancipação social. In S. Rummert, R. Canário & G. Frigotto (Orgs.), *Políticas de formação de jovens e adultos no Brasil e em Portugal* (pp. 23-44). Niterói: Editora da UFF.

Combate (1975). *Capitalismo privado ou capitalismo de estado não é escolha! Editoriais e textos do jornal Combate*. Porto: Afrontamento.

Duarte, M. J. R. (2003). *Portimão. Industriais conserveiros na 1ª metade do século XX*. Lisboa: Colibri.

Frigotto, G. (2009). Escola e trabalho numa perspectiva histórica: contradições e controvérsias, *Sísifo*, 9, 129-136.

Jornal do Algarve (1974-1976). Números avulsos. Vila Real de Stº António: Jornal do Algarve.

Pérez Suárez, M. A. (2008). *Contra a exploração capitalista. Comissões de trabalhadores e luta operária na revolução portuguesa (1974-1975)*, Universidade Nova, Lisboa, Portugal.

Pimentel, D., Pereira, J. C. S., Oliveira, J. G., Cunha, M. B., Pimentel, M. J. & Lima, M. P. (1977). Fábrica Simões: autogestão ou delegação de poderes? Estudo de caso numa empresa intervencionada, *Análise Social*, xiii (50), 355-418.

Rodrigues, J. M. V. (1999). O ‘império’ Fialho. In M. G. M. Marques (coord.), *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias* (pp. 405-412). Lisboa: Colibri.

Santos, B. S. (1992). *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*. Porto: Afrontamento.

Valente, V. P. (1981). Os conserveiros de Setúbal (1887-1901), *Análise Social*, xvii (67-68), 615-678.

---

<sup>i</sup> - Jornal do Algarve, nº 895, 18 maio 1974, página 8.

<sup>ii</sup> - Jornal do Algarve, nº 905, 27 julho 1974, página 3.

<sup>iii</sup> - Jornal do Algarve, nº 918, 26 outubro 1974, página 8.

<sup>iv</sup> - As fábricas de conservas utilizavam um sistema sonoro para convocar os trabalhadores para as suas unidades. Tempos antes, os trabalhadores eram chamados com o sopro de uma buzina do mar (crustáceo) ou apenas por um grito.

<sup>v</sup> - Jornal do Algarve, nº 917, 19 outubro 1974, página 3.

<sup>vi</sup> - Jornal do Algarve, nº 924, 7 dezembro 1974, página 4.



vii - O conceito de gestores é cunhado por Bernardo, na sua obra “Economia dos Conflitos Sociais”. Para o autor os gestores são uma classe integrada no grupo social dos capitalistas, em conjunto com a burguesia, sobre a qual tem vindo a ganhar um preponderante ascendente. A sua origem provem, entre outros fatores, do desenvolvimento do chamado estado amplo, que para além do estado restrito vem a incluir os grupos empresariais.

viii - Referimo-nos ao fraco nível técnico do trabalho na empresa, à origem rural da maioria operária e a uma educação abaixo do elementar, onde o analfabetismo grassava.

ix - Um dos entrevistados (E11), ex-membro da CT, afirma que o engenheiro da CA montou esquemas de produção que não teve intérpretes à altura; que os sonares introduzidos nas embarcações de pesca eram desligados pelos pescadores quando chegavam ao mar; e que o cozedouro de peixe em crú não era usado por desconhecimento técnico.

x - Carta da direção do Sindicato das Conservas a diversos membros do governo, em 3 de maio de 1993 (arquivo do Sindicato).